

| | |
|------------------------|---------------------------------|
| Jornal Notícias | Periodicidade: Diário |
| 11-08-2020 | Classe: Informação Geral |
| | Âmbito: Nacional |
| | Página(s): 10 |

Fenprof exige negociar alterações em concurso

Em causa mudanças à mobilidade interna anunciadas por nota

PROFESSORES O Ministério da Educação (ME) revelou que vai mudar as regras do concurso de mobilidade interna a partir de 2021: os professores de quadro que queiram mudar de agrupamento só poderão concorrer a horários completos. A Federação Nacional de Professores (Fenprof) já avisou que a mudança é de negociação obrigatória.

“Se o Governo pretende alterar o concurso de mobilidade interna, vai ter de negociar, não o podem mudar através de uma nota para a Imprensa”, frisa Luís Lobo. Em setembro, a Fenprof vai avaliar a intenção do ME. O dirigente defende que a questão é “economicista”, já que todos os docentes, independentemente da componente letiva, têm de cumprir 35 horas semanais.

ACÓRDÃO SUPORTA DECISÃO

Em 2017, os professores que concorreram à mobilidade interna foram colocados apenas em horários completos. A medida levou a mais de cem ações interpostas em tribunal contra o ME. E levou o ex-Provedor de Justiça José de Faria e Costa a dar razão aos docentes por não estar previsto no aviso de abertura do concurso que só podiam concorrer a horários completos. A principal queixa dos docentes é terem sido colocados mais longe de casa com mais tempo de serviço.

O ME invoca uma decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul para mudar as regras. “Da leitura do acórdão resulta clara a necessidade de adotar a solução que melhor sirva o sistema educativo, assente numa adequada gestão de recursos humanos docentes e na utilização de dinheiros públicos”, lê-se na nota. ●